

**Rafael Simonetti**

# **O SILENCIO PARCIAL E SELETIVO DO RÉU NO INTERROGATÓRIO**

**O Privilégio da Não Autoincriminação**

- **Prática Institucional**
- **Estrutura Normativa**
- **Controvérsias na Sistemática Processual**
- **Crítica Jurisprudencial**

*Prefácio de Antonio Henrique Graciano Suxberger*

Curitiba  
Juruá Editora  
2023

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0544-7**



**Brasil** – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Simonetti, Rafael.

S598 O silêncio parcial e seletivo do réu no interrogatório:  
o privilégio da não autoincriminação./ Rafael Simonetti./  
Curitiba: Juruá, 2023.  
178p.; 21cm

1. Interrogatório. 2. Silêncio (Direito). 3. Investigação  
criminal. 4. Autoincriminação. I. Título.

CDD 345.052 (22.ed)  
CDU 343.1

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>2 O INTERROGATÓRIO COMO PROBLEMA: NORMA <i>VERSUS</i> PRÁTICA</b> .....	27
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO CPP ORIGINAL, A ENTRADA EM VIGOR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E AS PONTUAIS/SETORIAIS REFORMAS SUBSEQUENTES.....	28
2.2 A DISCIPLINA DO INTERROGATÓRIO NO CPP ANTES E APÓS A EDIÇÃO DA LEI 10.792/2003 E AS REFORMAS LEGISLATIVAS OCORRIDAS NOS ANOS DE 2008 E 2009 .....	33
2.3 A CONTROVÉRSIA BATEU À PORTA DO STJ .....	46
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA DO INTERROGATÓRIO</b> .....	57
3.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO ATO .....	57
3.2 FINALIDADES DO INTERROGATÓRIO. RAZÕES DISTINTAS DE REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO A PARTIR DE UMA MESMA DISCIPLINA LEGAL .....	66
3.3 ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO INTERROGATÓRIO NAS DISTINTAS TRADIÇÕES DE PROCESSO PENAL .....	78
3.3.1 <i>Nemo Tenetur Se Detegere</i> .....	79
3.3.2 Desdobramento do Direito de Não Produzir Prova Contra Si Mesmo: o Direito ao Silêncio ou Direito de Ficar Calado.....	91
3.3.3 O Desenvolvimento do <i>Nemo Tenetur Se Detegere (Privilege Against Self-Incrimination)</i> no Direito Anglo-Americano .....	100
<b>4 A PRÁTICA INSTITUCIONAL DO INTERROGATÓRIO NO BRASIL</b> .....	121
4.1 O DESVIRTUAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO ATO ..	122

4.2 O “FALSO” PROBLEMA DO INTERROGATÓRIO JUDICIAL: UMA PRÁTICA ORIENTADA POR ENUNCIADO ATINENTE À PROVA TESTEMUNHAL.....	129
4.3 CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO NORMATIVO DO ART. 188 DO CPP NA PRÁTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA .....	141
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>161</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>169</b>